

# Reformar o Congresso

Quinze dias após as maiores eleições da história do País, o Brasil vive um momento de intensa atividade política que não chega a ser percebida claramente pelos eleitores e pela população em geral nem se traduz em retomada das atividades parlamentares. Trata-se das articulações visando a composição das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal durante a próxima legislatura. Paralelamente a isso, discute-se a adoção de uma série de medidas no âmbito do Congresso Nacional, entre as quais algumas relativas à forma e ao montante da remuneração dos parlamentares.

As negociações políticas são legítimas e necessárias. Se a escolha dos futuros presidentes da Câmara e do Senado — assim como dos demais membros das respectivas mesas — for resultado de articulações partidárias, tendo por base a nova composição de forças surgida das urnas, um passo importante estará sendo dado para que o Legislativo melhor cumpra suas funções a partir da posse dos eleitos, em fevereiro próximo.

O Brasil já perdeu demasiadamente tempo envolvido num impasse institucional que impediu a realização de reformas — algumas constitucionais, mas outras pendentes de legislação ordinária e até de resoluções e portarias que, entretanto, exigem a formação de um consenso mínimo que só pode ser obtido através do diálogo e da negociação. Mesas compostas por representantes de prestígio transpartidário e respaldados por um expressivo leque de forças políticas poderão conduzir o Legislativo a empreender a parte que lhe cabe na promoção de tais reformas recuperando, inclusive, a imagem do Congresso, dos partidos e dos políticos.

Mais importante do que definir as composições das mesas da Câmara e do Senado em função de critérios como a tradição, acordos de cúpula mas sem sustentação por parte das bancadas ou ainda de compromissos de natureza corporativa, é conseguir que a direção das duas casas do Congresso Nacional e as lideranças partidárias sejam en-

tregues a parlamentares capazes, atuantes e representativos da vontade popular expressa nas urnas.

Se as novas mesas forem resultado de conchavos de cúpula e se as futuras lideranças partidárias não forem além de composições entre facções incapazes de falar em nome dos respectivos partidos e bancadas (isto é, se não forem realmente líderes), dificilmente o desempenho da Câmara e do Senado, na próxima legislatura, será melhor que o da atual, a despeito da grande renovação promovida pelos eleitores.

Se, por outro lado, as mesas seguirem uma linha já observada no passado, postando-se mais como dirigentes classistas dos parlamentares empenhados na defesa de suas prerrogativas e vantagens (como salários, etc) e menos como dirigentes de um dos Poderes da República, as esperanças nacionais de renovação política do País serão novamente adiadas.

É preciso ressaltar que não se trata de condenar o caráter político-partidário das articulações visando a compor as mesas da Câmara e do Senado. Tampouco é o caso de endossar uma campanha demagógica contra os “altos salários” do Legislativo. Pelo contrário, a remuneração dos parlamentares brasileiros pode até ser considerada baixa e as vantagens adicionais não são absurdas. Pregar sua redução é fazer com que aumentem as possibilidades de corrupção, de lobby e de financiamento espúrio de campanhas eleitorais no futuro.

O problema do Congresso Nacional é menos de gastos extraordinariamente elevados (embora isso seja verdadeiro em alguns setores) que de resultados obtidos com estas despesas. É a relação “custo/benefício”, como diriam os economistas, que é muito baixa no Legislativo — e, em certa medida, em todo o Estado brasileiro. É o processo legislativo que precisa ser reformado no País para que os eleitos legislem e discutam as questões nacionais com mais eficiência e agilidade.